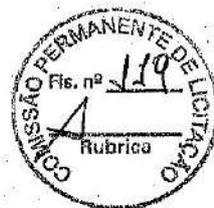




CÂMARA MUNICIPAL DE CODÓ
www.camaradecodo.ma.gov.br



RELATÓRIO CONCLUSIVO DA LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 124/2020

Órgão Solicitante: Diretoria Administrativa

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação

Destinatário: Ao Gabinete do Sr. Presidente: Raimundo Leonel Magalhães Araújo Filho

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO **PREÇO E ESCOLHA**

I - DA NECESSIDADE DO OBJETO;

A Comissão Permanente de licitação da Presidente da Câmara de Codó/MA doravante denominada comissão, apresenta a V. Ex^a. o relatório referente à dispensa de licitação (DL) nº 16/2020 com fundamento no art. 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores. Trata os presentes autos de procedimento que tem por objeto **Contratação de profissional autônomo do ramo da engenharia/arquitetura, para elaboração de projeto básico/executivo para reforma do prédio, acompanhamento e fiscalização dos serviços de engenharia para atender às necessidades da Câmara Municipal de Codó/MA.**

II - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO;

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços ou fornecimentos disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

"XXI Decisão nº 678/95-TCU-Plenário - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de

Praça do Parlamento, 456 - Bairro São Benedito, Codó - MA - CEP: 65.400-000 - Fone (99) 3661-1266

CNPJ: 06.652.119/0001-25



CÂMARA MUNICIPAL DE CODÓ
www.camaradecodo.ma.gov.br



condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 24, inciso II da Lei n. 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

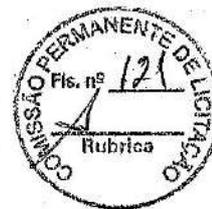
"Art. 24 É dispensável a licitação:

... Decreto 9.412/18 de 18/06/2018

"Contratações por meio de dispensa de licitação, os valores máximos e R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) do II - para outros serviços e compras de valor até dez por cento do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez." Contudo foi editada a Medida Provisória (MP) 961, em 07 de maio de 2020, entretanto, não modifica expressamente a Lei de Licitações ou o RDC. Nesse caso, MP faz algo semelhante ao Decreto 9.412/2018, que atualizou os valores das modalidades de licitação, mas sem alterar a redação da Lei de Licitações. Isso porque a sua vigência será temporária, valendo apenas durante o período do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE CODÓ
www.camaradecodo.ma.gov.br



Diferentemente da MP 926/2020, que criou regras específicas de licitação para as ações destinadas apenas ao combate da pandemia, essa nova MP vale durante a pandemia, mas não se limita apenas às contratações decorrentes diretamente do combate à Covid (Corona Virus Disease ou "Doença do Coronavírus"). Assim, a sua aplicação é "temporal", independentemente da finalidade das contratações.

Portanto, os valores definidos na Lei 8.666/1993 (15 mil e 8 mil, respectivamente) e no Decreto 9.412/2018 (33 mil e 17,6 mil) não serão aplicados durante o período de vigência da calamidade pública. Os valores, durante esse período, serão de 100 mil e 50 mil, respectivamente para obras e serviços de engenharia e compras e demais serviços. Vale lembrar que esses são os mesmos valores previstos na Lei 13.303/2016 para as empresas estatais

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso II do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Ressaltemos que o valor praticado neste processo se adequa aos limites legais.

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso II do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

III – DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA E NÃO OCORRÊNCIA DE FRAGMENTAÇÃO;

Diz o art. 26 da Lei 8.666/93, em seu parágrafo único:

"Parágrafo único – O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II – razão da escolha do fornecedor ou executante;

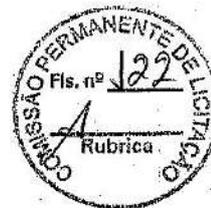
III – justificativa do preço;

IV – documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados."

Os atos em que se verifique a dispensa de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.



CÂMARA MUNICIPAL DE CODÓ
www.camaradecodo.ma.gov.br



No caso em questão se verifica a análise dos incisos II e III, do parágrafo único, do art. 26 da Lei 8.666/93. Inobstante o fato de a presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no art. 24, II da Lei 8.666/93, o que justifica a contratação direta, vale tecer alguns comentários a despeito de eventual fragmentação de despesa, o que ensejaria afronta a Lei de Licitações.

Tanto a doutrina quanto a jurisprudência recomendam que nas compras deverão ser observadas as quantidades a serem adquiridas em função do consumo estimado. Portanto, deve haver um planejamento para a realização das compras, além disso, este planejamento deve observar o princípio da anualidade do orçamento. *“Logo, não pode o agente público justificar o fracionamento da despesa com várias aquisições ou contratações no mesmo exercício, sob modalidade de licitação inferior àquela exigida pelo total da despesa no ano, quando isto for decorrente da falta de planejamento.”* - Manual TCU.

A Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI estabelece o dever de licitar de forma a assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes, em obediência aos princípios da impessoalidade, da isonomia, da publicidade, da moralidade e da legalidade.

Nesse mesmo sentido, o art. 3º da Lei n.º 8.666/93, reforça a observância desses princípios e ainda estabelece que a licitação corresponde a procedimento administrativo voltado à seleção mais vantajosa para a contratação desejada pela Administração Pública e necessária ao atendimento do interesse público.

Sobre a contratação indevida sem a observância do procedimento licitatório, fracionando as despesas, Jorge Ulysses Jacoby Fernandes, traz em sua obra *Contratação Direta sem Licitação*, páginas 154/159, 5ª edição, Editora Brasília Jurídica, posicionamento do Tribunal de Contas da União, de que: *“O parcelamento de despesa, quer com o objetivo de evitar modalidade mais ampla de licitação, quer com o de possibilitar-lhe a dispensa, constitui infração legal”* (...) e também o TCU firmou entendimento de que *“as compras devem ser estimadas para todo o exercício e há de ser preservada a modalidade correta para o objeto total, que agruparia todos os itens”*.

Essa orientação foi consagrada também em publicação oficial do TCU intitulada *Licitações e Contratos – Orientações Básicas*, Brasília:

“É vedado o fracionamento de despesa para adoção de dispensa de licitação ou modalidade de licitação menos rigorosa que a determinada para a totalidade do valor do objeto a ser licitado. Lembre-se fracionamento refere-se à despesa.”

“Atente para o fato de que, atingindo o limite legalmente fixado para dispensa de licitação, as demais contratações para serviços da mesma natureza deverão observar a obrigatoriedade da realização de certame licitatório, evitando a ocorrência de fracionamento de despesa.” Acórdão 73/2003 – Segunda Casa Legislativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE CODÓ
www.camaradecodo.ma.gov.br



"Realize, nas compras a serem efetuadas, prévio planejamento para todo o exercício, licitando em conjunto materiais de uma mesma espécie, cujos potenciais fornecedores sejam os mesmo, de forma a racionalizá-las e evitar a fuga da modalidade licitatória prevista no regulamento próprio por fragmentação de despesas" Acórdão 407/2008 - Primeira Câmara.

IV - DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE;

Em análise aos presentes autos, observamos que foram realizadas pesquisas de preços, tendo a profissional: **Emanuelle Souza de Araújo Trindade CPF nº 010.416.273-27**, apresentado preços que estão compatíveis com a realidade do mercado, em se tratando de serviço similar, podendo a Administração pública adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

A aquisição disponibilizada pelo licitante supracitado é compatível e não apresenta diferença que venha a influenciar na escolha, ficando esta vinculada apenas à verificação ao tipo de licitação adotado.

V - DA COTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PREÇO;

Pelo critério de julgamento utilizado para o certame, **menor valor global** deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas.

A despeito desta assertiva, o TCU já se manifestou:

"adotar como regra a realização de coleta de preços nas contratações de serviço e compras dispensadas de licitação com fundamento no art. 24, inciso II, da lei n. 8.666/93" (Decisão nº 678/95-TCU-Plenário, Rel. Min. Lincoln Magalhães da Rocha, DOU de 28.12.95, pág. 22.603).

"Proceda, quando da realização de licitação, dispensa ou inexigibilidade, à consulta de preços correntes no mercado, ou fixados por órgão oficial competente ou, ainda, constantes do sistema de registro de preços, em cumprimento ao disposto no art. 26, parágrafo único, inciso III, e art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, os quais devem ser anexados ao procedimento licitatório (...)." Acórdão 1705/2003 Plenário.



CÂMARA MUNICIPAL DE CODÓ
www.camaradecodo.ma.gov.br



No caso em questão verificamos, como já foi dito, trata-se de situação pertinente a dispensa de licitação.

De acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União, como pode ser visto acima, a orientação é que no caso de dispensa e inexigibilidade seja obedecida à coleta de preços, que por analogia deve obedecer ao procedimento da modalidade convite que exige no mínimo três licitantes.

De acordo com a Lei 8.666/93, após a cotação, verificado o menor preço, adjudica-se o serviço ou o fornecimento àquele que possuir o menor preço, faz-se a habilitação jurídica, e regularidade fiscal, de acordo com o que reza o art. 27 da Lei 8.666/93, em seus incisos I, IV e V.

VI - DA ESCOLHA;

O licitante escolhido neste processo para sacramentar a contratação dos serviços será:

- *Emanuelle Souza de Araújo Trindade, brasileira, engenheira civil, inscrita no CPF: 010.416.273-27 e no CREA sob o nº 1118750314, com endereço na Rua Dublin, 8 QB09 C. Residencial São Pedro, Bairro São Pedro, Codó-MA. CEP: 65400-000*

VII - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 27 da Lei 8.666/93.

Porém, excepcionalmente, a lei de regências prevê a possibilidade de dispensa de alguns dos documentos, notadamente, os previstos nos artigos 28 a 31, conforme estabelecido no § 1º do art. 32 da Lei 8.666/93.

Resta deixar consignado que o licitante demonstrou habilmente sua habilitação jurídica.

VIII - FONTE DE RECURSO;

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados, classificada *está contida no orçamento Geral da Câmara Municipal de Codó, pelos programas de trabalho e a categoria econômica constarão quando da emissão da respectiva Nota de Empenho.*

IX - DO CONTRATO - MINUTA;

Praça do Parlamento, 456 - Bairro São Benedito, Codó - MA - CEP: 65.400-000 - Fone (99) 3661-1266
CNPJ: 06.652.119/0001-25



CÂMARA MUNICIPAL DE CODÓ
www.camaradecodo.ma.gov.br



Visando instruir a dispensa de licitação do processo administrativo em epígrafe, definindo claramente as obrigações das partes, esta Comissão juntou aos autos o contrato – minuta, cujos fundamentos jurídicos foram analisados conforme parecer jurídico em anexo.

X – CONCLUSÃO.

Sendo assim, esta comissão entende que o procedimento se operou dentro dos ditames legais e que esteja presente o interesse da administração pública em realizar a contratação. Se favorável que se digna a **Ratificar** a decisão emanada que julgou pela dispensabilidade de licitação, ante à criteriosa análise pela assessoria jurídica desta Casa Legislativa, de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento, e logo em seguida à **Homologação** do objeto. Logo essa decisão é discricionária optar ou não pela contratação, cabendo ao Sr. Presidente fazer um juízo de conveniência e oportunidade e julgar oportuno a continuidade deste pleito administrativo.

É o Parecer desta Comissão, *s.m.j.*

Codó, 08 de maio de 2020


Clemilson Alves de Araújo
Membro/CPL


Maria Ferlane Gomes Ferreira
Presidente/CPL


Edna Ferreira Soares Muniz
Membro/CPL